



COMISSÃO INTERGESTORES BIPARTITE/CIB – TO
COMISSÃO INTERGESTORES BIPARTITE DO TOCANTINS
01ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO ANO DE 2023

16/02/2023

Aos dezesseis dias do mês de fevereiro do ano de dois mil e vinte e três, às três horas e dez minutos, deu-se início a 1ª Reunião Ordinária da Comissão Intergestores Bipartite do ano de 2023 que ocorreu de forma presencial no Auditório da Assembleia Legislativa do Estado do Tocantins, contando com a presença dos membros: **Secretaria de Estado da Saúde do Tocantins (SES-TO):** Manoel de Jesus Souza/Diretor de Recursos do SUS; Laudecy Alves do Carmo Soares/Diretora de Atenção Primária; Perciliana Joaquina Bezerra de Carvalho/Superintendente de Vigilância em Saúde e Sylmara Guida Correa Glória/Diretora de Atenção Especializada. **Secretarias Municipais de Saúde do Tocantins (COSEMS-TO):** Rondinelly da Silva e Souza/ Presidente do Cosems e Secretário Municipal de Saúde de Caseara – TO; Mariana da Silva Coelho/ Diretora de Comunicação do Cosems e Secretária Municipal de Saúde de Dueré – TO; Ana Paula dos Santos Andrade Abadia/ Diretora Adjunta de Comunicação do Cosems e SMS de Araguaína – TO e Maria das Dores Abreu Farias/ Diretora de Comunicação do Cosems e Secretária Municipal de Saúde de Sítio Novo – TO. A presente reunião foi iniciada e presidida pela Sra. Perciliana Joaquina Bezerra de Carvalho/Superintendente de Vigilância em Saúde, neste ato representando o Sr. Afonso Piva de Santana/ Secretário de Estado da Saúde do Tocantins e Presidente da Comissão Intergestores Bipartite do Estado do Tocantins (CIB/TO), presidindo esta plenária, deu início aos trabalhos da reunião fazendo a leitura dos itens que seguem. **Item 01- Pactuar e aprovar a Pauta.** Item Aprovado pela Plenária. **PONTOS DE PAUTA DE APRESENTAÇÃO E ESCLARECIMENTOS/INFORMES:** **Item 02 – Apresentação do Relatório Consolidado das Pactuações CIB em 2022 Referente as Pautas Propostas pela Secretária da Saúde do Estado do Tocantins:** Solicitante: Eliane Inácio da Silva/Chefe de Gabinete da Secretaria de Estado da Saúde (SES-TO). Expositor(a): Rafaela Tavares Rocha/Secretária Executiva da CIB. A Sra. Rafaela Tavares Rocha, Secretária Executiva da CIB, iniciou a sua apresentação informando que a pedido da Chefe de Gabinete da Secretaria de Estado da Saúde (SES-TO), a Sra. Eliane Inácio, a Secretaria Executiva da CIB levantou um consolidado com todas as pactuações

ocorridas ao longo do ano de 2022, em que a SES-TO foi a solicitante. Informou ainda que ao levantarem esses dados, resolveram separar as pactuações por superintendência. Prosseguiu evidenciando quantas pactuações cada superintendência realizou, as quais foram: A Superintendência de Gestão e Acompanhamento Estratégico (SGAE) pactuou 04 itens; a Superintendência de Vigilância em Saúde (SVS) 09; a Superintendência de Políticas de Atenção à Saúde (SPAS) 23. A Sra. Rafaela Rocha ressaltou que ao longo de 2022, a pedido da SES-TO, a plenária pactuou 36 itens. Informou que no material está detalhando a data da pactuação, o tema abordado e o número da resolução que a pactuação gerou. A servidora lembrou a todos que as resoluções se encontram no site da SES-TO, por fim, concluiu que o objetivo da apresentação é de fazer uma retrospectiva de todo o trabalho realizado ao longo do ano e abriu espaço para caso alguém presente tivesse algum questionamento sobre o material apresentado. Neste momento, a Sra. Sylmara Guida, Diretora de Atenção Especializada, solicitou a inclusão de esclarecimento/informe sobre a Proposta dos Programas de Incentivo dos Hospitais de Pequeno Porte. Informou que trouxeram um modelo para apresentação e esclarecimento. A inclusão foi aprovada pela Plenária.

PONTOS DE PAUTA PARA PACTUAÇÃO E APROVAÇÃO:

Item 03 – Pactuar e aprovar a Ata da 8ª Reunião Ordinária da Comissão Intergestores Bipartite do Ano de 2022 ocorrida no dia 2 de setembro de 2022.: Solicitante e Expositor(a): Rafaela Tavares Rocha/Secretária Executiva da CIB. Item Aprovado pela Plenária.

Item 04- Pactuar e aprovar a Ata da 9ª Reunião Ordinária da Comissão Intergestores Bipartite do Ano de 2022 ocorrida no dia 20 de outubro de 2022.: Solicitante e Expositor(a): Rafaela Tavares Rocha/Secretária Executiva da CIB. Item Aprovado pela Plenária.

Item 05- Pactuar e aprovar a Ata da 10ª Reunião Ordinária da Comissão Intergestores Bipartite do Ano de 2022 ocorrida no dia 17 de novembro de 2022.: Solicitante e Expositor(a): Rafaela Tavares Rocha/Secretária Executiva da CIB. Item Aprovado pela Plenária.

Item 06- Pactuar e aprovar a Ata da 11ª Reunião Ordinária da Comissão Intergestores Bipartite do Ano de 2022 ocorrida no dia 08 de dezembro de 2022.: Solicitante e Expositor(a): Rafaela Tavares Rocha/Secretária Executiva da CIB. Item Aprovado pela Plenária. Neste momento a Sra. Ana Paula, Secretária Municipal de Saúde de Araguaína, solicitou a inclusão de um esclarecimento/informe sobre uma apresentação da Proposta de Projeto de Cirurgias Oftalmológicas para a Região Média Norte e Bico do Papagaio.

Item 07- Pactuar e aprovar o Calendário de Reuniões da Comissão Intergestores Bipartite do Ano de 2023.: Solicitante e Expositor(a): Rafaela

71 Tavares Rocha/Secretária Executiva da CIB. Item Aprovado pela Plenária. **Item 08-**
 72 **Pactuar e aprovar Tabela Diferenciada dos Serviços de Oftalmologia de Média e**
 73 **Alta Complexidade.** Solicitante: Juliana Veloso Pinto/Superintendente de Políticas
 74 de Atenção e Saúde. Expositor(a): Danyel de Moraes Avelino/Superintendente de
 75 Aquisição e Estratégias de Logística. A Sra. Sylmara Guida, iniciou a apresentação
 76 esclarecendo a trajetória que levou para os preços finais dos procedimentos
 77 catalogados. Frisou que no mês de novembro de 2022, na Reunião Ordinária da CIB,
 78 a proposta de contratualização se deu com o total de 98 itens de procedimentos, com
 79 seu quantitativo final de 12.728 procedimentos com o valor de R\$11.332.459,93
 80 (onze milhões e trezentos e trinta e dois mil e quatrocentos e cinquenta e nove reais e
 81 noventa e três centavos). A expositora relembrou que diante dessas informações foi
 82 encaminhada para uma Câmara Técnica (CT), no dia 25 de novembro de 2022, onde
 83 a mesa diretora do COSEMS representada pelos secretários: Wilkey Fernando, SMS
 84 de Cristalândia e o Daniel Borini, SMS de Palmas, iriam apresentar formalmente
 85 junto à SES – TO o rol de procedimentos possíveis de descentralização para a gestão
 86 municipal. Na referida reunião foi dado o prazo para o dia 30 de novembro de 2022
 87 para eles apresentarem proposta, sendo que após a CT ficou catalogados pelos SMS
 88 que o rol dos 98 procedimentos tem a possibilidade de descentralização, como
 89 encaminhamento ficou para realizar um redimensionamento das cotas de PPI
 90 vigentes, comparando as demandas judiciais e as demandas dos municípios e fazer a
 91 atualização da proposta da tabela diferenciada. A diretora pontuou que no mês de
 92 dezembro foi realizada a CT onde extraíram os procedimentos já realizados pelos
 93 municípios, restando somente 33. Após a discussão a área técnica da PPI realizou um
 94 levantamento dos serviços de oftalmologia de gestão estadual considerando a
 95 quantidade física, demanda espontânea dos municípios e a série histórica dos
 96 procedimentos pactuados com Goiânia. Identificou-se que alguns procedimentos
 97 estão agregados, não possibilitando a separação. A expositora informou que foi
 98 observado que o mesmo prestador que tinha feito sua cotação junto ao estado, fazia
 99 ao menor preço para os entes municipais, a partir disso a proposta inicial era no
 100 valor de R\$11.332.459,93 (onze milhões e trezentos e trinta e dois mil e
 101 quatrocentos e cinquenta e nove reais e noventa e três centavos) obteve-se um novo
 102 valor de R\$7.303.677,88 (sete milhões trezentos e três mil e seiscentos e setenta e
 103 sete e oitenta e oito centavos). O Sr. Danyel de Moraes Avelino, Superintendente de
 104 Aquisição e Estratégias de Logística, esclareceu que todo procedimento realizado
 105 ficou como etapa pendente as realizações das inclusões de preços dos municípios,
 106 tendo em vista o fato de existir diferença de preço entre município e estado, sendo o

valor ofertado aos municípios bem inferior ao ofertado ao estado. Esclareceu que no mapa de preço estão catalogados todos os valores dos quais foram obtidos por meio da pesquisa de mercado dos fornecedores que são: HC Olhos, Hospital de Correção Visual, Vision Laser e Yano Hospital de Olhos. O Sr. Danyel explicou que o banco de preço utilizado é uma plataforma que obtém preços de todo o Brasil e os três valores foram catalogados dos municípios. Diante a toda a relação de preços, frisou que foi considerado uma discrepância no valor, sendo um dos argumentos pautados nas discussões anteriormente, diante disso, pontuou que na planilha foi utilizado o valor do menor preço do mercado obtido para que houvesse a definição final dos preços do credenciamento. O expositor evidenciou que os valores do mercado que ficou com o menor preço da tabela SUS, sucedeu uma desconsideração desse valor, e considerou o preço do mercado, para evitar que o preço seja inexequível. Esclareceu que diferente do mapa anterior que tinha sua consideração pela mediana de preços, esse novo mapa obtém seu valor pelo menor preço de mercado, sendo o subtotal antigo de R\$11.332.459,93 (onze milhões e trezentos e trinta e dois mil e quatrocentos e cinquenta e nove reais e noventa e três centavos) obteve-se um novo valor de R\$7.303.677,88 (sete milhões e trezentos e três mil e seiscentos e setenta e sete e oitenta e oito centavos). A Sra. Perciliana Joaquina, informou que a Tabela Diferenciada dos Serviços de Oftalmologia de Média e Alta Complexidade foi remetida ao Cosems para conhecimento e divulgação aos municípios. A Sra. Ana Paula, questionou se a proposta apresentada ficará com o valor unitário por procedimento e se houve a contratualização com alguma empresa ofertante. O Sr. Danyel esclareceu que esse valor vai ser utilizado como base para o credenciamento.

Item Aprovado pela Plenária. **Item 09- Pactuar e aprovar a Habilitação do Laboratório WM Patologia Diagnóstica, como Laboratório Tipo I para prestar Serviços de Citopatologia de Araguaína**: Solicitante e Expositor(a): Ana Paula dos Santos Andrade Abadia/Secretária Municipal de Araguaína. A Sra. Ana Paula, informou que esse ponto de pauta já havia sido pactuado, gerando resolução, entretanto, os técnicos do Ministério da Saúde (MS) fizeram uma solicitação que o presente assunto teria que passar em CIB novamente, pois a resolução constava como vencida. A expositora ressaltou que a proposta é a Habilitação do prestador de serviço para o SUS e para o município de Araguaína - Laboratório WM Patologia Diagnóstica. A Sra. Ana Paula ressaltou que a habilitação é regida pela Portaria GM/MS Nº 3.388, de 30 de dezembro de 2013 que redefiniu a Qualificação Nacional em Citopatologia na prevenção do câncer do colo do útero (QualiCito), no âmbito da Rede de Atenção à Saúde das Pessoas com Doenças Crônicas que consiste na

definição de padrões de qualidade para a avaliação do exame citopatológico do colo do útero. A Sra. Ana Paula informou que os objetivos específicos da QualiCito é a promoção de melhoria contínua da qualidade dos exames citopatológicos do colo do útero ofertados para a população, que tem como objetivo incentivar o aumento da cobertura de realização dos exames citopatológicos do colo do útero na população feminina de acordo com as Diretrizes Brasileiras para o Rastreamento do Câncer do Colo do Útero vigente, assim como promover a melhoria dos padrões de qualidade dos laboratórios públicos e privados prestadores de serviços para o SUS que realizam o exame citopatológico do colo do útero, frisou que o laboratório se encontra credenciado e faz a realização dos exames, mas necessitaria de sua habilitação no MS dentro do programa Qualicito. A SMS de Araguaína informou que os critérios para a contratação de laboratório tipo I é a comprovação da habilitação do responsável técnico, que deve estar devidamente registrado no CNES, que contenha a demonstração do quadro de funcionários compatíveis com sua produção de exames citopatológicos do colo do útero, como uma apresentação do laboratório com o relatório do Método do Índice de Qualidade (MIQ) do último ano, contendo sua apresentação da área de citotecnologia (área técnica e microscopia), com comprovação através de sua planta arquitetônica ou outro documento equivalente e cumprimento do tempo de guarda do material (laudo e lâmina), frisou que deve constar a comprovação dos treinamentos dos profissionais envolvidos na linha de produção do laboratório cumprindo com os parâmetros de qualidade contidos no Manual de Gestão da Qualidade para Laboratório de Citopatologia e por fim comprovando os resultados dos exames citopatológicos do colo do útero e ter o índice de positividade igual ou superior a 3% (três por cento) dos exames satisfatórios e comprovação de alvará sanitário vigente, expedido pelo órgão de vigilância sanitária local. A Sra. Ana Paula ressaltou que o tipo de laboratório que está sendo credenciado e o tipo I que são avaliados anualmente pela respectiva SES, que é contratada para definir se houve o cumprimento dos critérios de habilitação dispostos no art. 14. A expositora evidenciou que em caso afirmativo, a SES poderá realizar a renovação do contrato de prestação de serviços e poderá sustentar a habilitação do laboratório na QualiCito. A SMS informou que a proposta e aprovação na Comissão Intergestores Bipartite (CIB) a habilitação pelo MS do laboratório privado WM Patologia Diagnostica prestador de serviço para o SUS para o município de Araguaína, como Laboratório tipo I, frisou que o posto de coleta fica no município de Araguaína e que o período para prestação do serviço 01 (um) ano, podendo ser prorrogado. Item Aprovado pela Plenária. **Item 10- Pactuar e aprovar**

a Inclusão de Novos Procedimentos Cirúrgicos Eletivos no Plano de Trabalho e Municípios no Projeto de “Incremento Financeiro Estadual aos HPP e HM para Realizarem Cirurgias Eletivas” dos Seguintes Municípios: (1) Araguacema, (2) Cristalândia, (3) Divinópolis, (4) Dueré, (5) Formoso do Araguaia, (6) Natividade, (7) Paranã, (8) Peixe, (9) Palmeirópolis, (10) Miranorte, (11) Pium, (12) Monte do Carmo, (13) Tocantinópolis, (14) Taguatinga e (15) Sítio Novo do Tocantins. Solicitante e Expositor(a): Wilkey Fernandes Lourenço de Oliveira/Diretor de Regionalização e Descentralização do COSEMS-TO e Secretário Municipal de Saúde de Cristalândia – TO. Neste momento a mesa da Comissão Intergestores Bipartite juntamente com o Sr. Rondinelly da Silva entrou em acordo para que desse a continuação da pauta, devido à ausência do expositor. Diante disso, a Sra. Perciliana Joaquina colocou como inclusão do esclarecimento/informe sobre a Proposta do Programa de Incentivo para Cirurgias Eletivas nos HPPS acerca da solicitação feita pela Sra. Sylmara Guida. A Sra. Sylmara Guida contextualizou informando que a apresentação do Sr. Wilkey Fernando está voltada para os termos vigentes, frisou que sua apresentação tem como objetivo uma nova proposta, portanto, solicitou para entrarem em contato com o SMS para fazer as possíveis definições. A Sra. Perciliana Joaquina sugeriu darem início a apresentação da nova proposta dos HPPs e, em seguida, com a chegada do SMS, darem a continuidade à apresentação do Sr. Wilkey Fernando, levando em consideração serem propostas distintas. A Sra. Mariana, Secretária Municipal de Saúde de Dueré, relatou que a apresentação é um consenso entre a SES e os HPPs, devido a uma proposta que foi encaminhada para o Estado e que foi acatada, logo, sugeriu que apresentem, pois se trata de um consenso. A Sra. Perciliana Joaquina ressaltou que a proposta não é uma pactuação, mas sim uma apresentação como informe de um consenso entre Cosems e SES. A Sra. Mariana lembrou que será agendada uma CT e uma Reunião Extraordinária para aprovação da proposta do HPPs. Com isso finalizou por hora o assunto e deu continuidade sobre o esclarecimento/informe do programa de incentivo dos HPPs. Item Aprovado pela Plenária. **PONTOS DE INCLUSÃO DE PAUTA PARA INFORMES E ESCLARECIMENTOS:** * - **Esclarecimentos Sobre Apresentação da Proposta de Programa de Incentivo dos HPPS.** Solicitante e Expositor(a): Sylmara Guida Correa Glória/Diretora de Atenção Especializada. A Sra. Juliana Veloso iniciou contextualizando que o projeto está sendo executado desde o ano de 2020, o qual obteve a ideia de fortalecer os trabalhos dos HPPs das gestões municipais. Iniciou neste período um termo de cooperação acerca da realização das cirurgias eletivas, de acordo com o porte de cada unidade de

215 atendimento hospitalar. Esclareceu que o projeto piloto ficou em execução durante
216 um ano, e que a proposta dessa apresentação é uma entrega final de um trabalho que
217 foi realizado e obteve resultados positivos do projeto piloto. Informou que o projeto
218 piloto resultou um total de 1.555 cirurgias eletivas. A Sra. Juliana ressaltou que
219 foram feitas várias reuniões com as secretarias municipais de saúde e todos os entes
220 envolvidos para que pudesse chegar a uma proposta final, reforçou que é somente um
221 ponto pauta como esclarecimento/informe, portanto, não é uma pactuação, e que
222 posteriormente será agendado uma CT para apresentação do instrumento que irá
223 regulamentar o programa. Reiterou que finalizando esse consenso entre secretarias
224 municipais, Cosems e SES serão feita a apresentação e que na reunião da CT será
225 apresentada a portaria vigente, em seguida será publicada no Diário Oficial. A Sra.
226 Sylmara Guida iniciou a apresentação falando do Programa Estadual de Incentivo às
227 Cirurgias Eletivas, Exames Complementares e Consultas Especializadas nos
228 Hospitais de Pequenos Portes (HPPs), no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS),
229 no Estado do Tocantins, denominado Programa PEICE-HPP. Esclareceu que existe a
230 relação das unidades hospitalares que são elegíveis para a adesão do programa de
231 incentivo, sendo um total de 27 HPPs, frisou que entre essas unidades alguns se
232 encontram habilitados junto MS na política nacional dos HPPs. Citou que os HPPs
233 que estão grifados de amarelo já recebem incentivo estadual nos termos vigentes, e
234 que na tabela são distribuídas as informações por: região de saúde, quantidade de
235 leitos e população estimada. A expositora comunicou que dentre as diretrizes do
236 programa, destaca-se a universalidade, equidade e integralidade da atenção à saúde,
237 assim como a ampliação de acesso às cirurgias eletivas, exames complementares e
238 consultas especializadas. Pontuou que tem uma organização da atenção especializada
239 em saúde, no âmbito de cirurgias eletivas de forma regionalizada e com a
240 humanização de atenção, que deve ser baseada nas necessidades de saúde do usuário,
241 esclareceu que esse programa pensa em toda a consonância com as diretrizes que o
242 SUS traz. A diretora explanou que os objetivos do programa é organizar e ampliar o
243 acesso a cirurgias, exames e consultas nos HPPs, que o programa tem como foco
244 cirurgias eletivas dentro dos HPPs. Afirmou que dentre os objetivos tem a
245 aprimoração da governança da Rede de Atenção à Saúde com centralidade na
246 garantia de acesso a integralidade do cuidado, ou seja, o gestor municipal tem o
247 objetivo de trabalhar a governança dentro da rede, fazendo os compromissos e a
248 articulação com os entes que compõe a região de saúde agregando a resolução e
249 qualidade das ações nos níveis de complexidade que corresponde ao porte hospitalar
250 e por fim que contribua com a redução das demandas de cirurgias de média

251 complexidade nos hospitais estaduais de média e alta complexidade. A Sra. Sylmara
252 Guida ressaltou que uma vez que os HPPs assumam os serviços das cirurgias
253 eletivas, se tornará uma demanda que não irá chegar a outras unidades hospitalares
254 de média e alta complexidade de gestão estadual. Informou o valor do incentivo,
255 sendo no total de R\$3.600.000,00 (três milhões e seiscentos mil) por HPP.
256 Esclareceu que o incentivo financeiro será transferido na modalidade fundo a fundo
257 para o município, a partir da publicação da portaria de homologação do Plano de
258 Ação, ou seja, assim que habilitado, fará jus ao recurso financeiro. A diretora
259 prosseguiu informando que para efeito do incentivo serão considerados
260 Procedimentos Cirúrgicos Eletivos que constam no rol do Anexo I. A Sra. Sylmara
261 Guida afirmou que dentro do rol foi elencado 34 procedimentos, onde consta seu
262 código no Sigtap com os valores estimados, que foram catalogados pelos municípios
263 o qual foi apresentado diante ao custo operacional de cada procedimento, frisou que
264 não é um valor de tabela, mas um levantamento dos municípios. A expositora
265 assegurou que em relação aos requisitos técnicos para a habilitação do programa, o
266 gestor para fazer jus ao incentivo deverá apresentar o plano de ação, esclareceu que
267 quando for trabalhar o modo operante, terá uma assessoria na construção do plano de
268 ação de cada para que os municípios sigam um padrão de elaboração, e que
269 posteriormente necessitará ser aprovado em CIB e pelo Conselho Municipal de
270 Saúde. Esclareceu que após sua aprovação a unidade hospitalar necessitará ter entre 5
271 a 50 leitos de internação, e que deve realizar prioritariamente cirurgias eletivas da
272 sua população e complementarmente da população referenciada do municípios de
273 sua região ou macrorregião de saúde para composição do limite global do incentivo
274 financeiro, outro requisito será possuir cadastro atualizado no CNES, assim como
275 apresentar o relatório de inspeção realizada pela Vigilância Sanitária, esclareceu que
276 no relatório se houver inconformidades necessitará fazer uma apresentação de um
277 cronograma de ações com as atividades que serão realizadas, assim como o
278 cronograma da entrega da diligência da inconformidade que foi apontada para
279 compor o processo. Pontuou ainda que deve comprovar a disponibilidade de
280 fornecimento de hemocomponentes na própria unidade hospitalar, por meio da
281 contratualização do Termo de Compromisso (TC) em outra unidade existente no seu
282 município, no caso de haver a necessidade de suporte transfusional para o paciente
283 assistido. A Sra. Sylmara Guida enfatizou que os serviços que serão contemplados
284 serão compostos por serviços ambulatoriais e hospitalares que incluem: serviços
285 médicos, cirurgiões, anestesistas, avaliações pré e pós-cirúrgica, procedimento,
286 evolução médica, equipe de enfermagem, equipe multidisciplinar, e outras equipes

287 técnicas de nível médio, instrumentador, insumos e medicamentos, órteses, próteses
 288 e materiais especiais; exames complementares, diárias de leito de internação, ambos
 289 destinados aos pacientes submetidos aos procedimentos de cirurgias eletivas. A
 290 diretora informou que o critério do repasse financeiro está dentro do valor que foi
 291 apresentado por unidade hospitalar e que está subdividido por desembolso com o
 292 valor de R\$300.000,00 (trezentos mil reais) ao mês, sendo uma parcela única e não
 293 condicionada à produção, ou seja, atendendo todos os critérios, tendo a portaria
 294 habilitando, fará parte deste primeiro repasse, a partir do segundo desembolso e os
 295 demais subsequentes, já possui um novo extrato, sendo que receberá R\$200.000,00
 296 (duzentos mil reais) por mês atrelado ao teto fixo, vinculado à realização de 23
 297 procedimentos por mês e um valor extrateto de R\$100.000,00 (cem mil) ao mês, com
 298 base na produção acima do teto de 23 procedimentos do teto fixo. A expositora
 299 informou que um dos critérios do repasse será o registro de procedimentos
 300 realizados, conforme o rol de 34 procedimentos que deve ser emitido pelo próprio
 301 hospital comprovando por meio da Autorização de Internação Hospitalar (AIH) ou
 302 Autorização de Procedimentos Ambulatoriais (Apac), conforme a modalidade do
 303 atendimento, em caráter de atendimento 1 – eletivo e utilizar séries numéricas
 304 específicas, conforme o instrumento de registro. Frisou que deve obedecer ao
 305 requisito do faturamento do registro no sistema de informação. A Sra. Sylmara Guida
 306 destacou que o processo de regulação assistencial se dará por meio das Secretarias
 307 Municipais de Saúde, em cogestão com o Complexo Regulador Estadual que
 308 acompanhará e monitorará todo o processo, por meio da disponibilização de Sistema
 309 de Regulação. Frisou que caberá à SPAS e a SES monitorar e avaliar as ações
 310 realizadas para o alcance dos objetivos do Programa PEICE-HPP, informou que a
 311 prestação de conta sobre a aplicação dos recursos deverá ser realizada por meio do
 312 Relatório Anual de Gestão (RAG) do município gestor do HPP no termo aplicável a
 313 norma. Ressaltou que a proposta foi discutida juntamente com os representantes do
 314 Cosems e gestores municipais. Concluiu que para validar necessita de maiores
 315 discussões na CT para depois voltar em espaço CIB e ser aprovado. A Sra. Perciliana
 316 Joaquina usou o espaço para realizar uma orientação aos secretários municipais,
 317 lembrou que alguns municípios contemplados nesta política, precisam seguir o rito
 318 processual, independente de ser público ou privado, com relação às ações da
 319 vigilância sanitária. Ressaltou que a avaliação documental só será feita se estiver
 320 completa e correta no InfoVisa. Esclareceu que não será conforme o ano anterior,
 321 onde colocavam documentos com poucas informações e solicitavam os pareceres, ou
 322 seja, para adquirir o parecer necessitará de todas as informações solicitadas.

323 Evidenciou que a SVS estará à disposição para esclarecer dúvidas e ajudar no
324 processo da documentação, enfatizou que de forma alguma e intenção da SVS de
325 prejudicar uma política pública. A superintendente esclareceu sobre o processo da
326 SVS, informou que existe a lei da inspeção e reinspeção, frisou que a SVS não
327 habilita/regula procedimentos, mas que regula serviços, com isso explicou que
328 quando ocorre à inspeção nas unidades hospitalares de saúde, não será avaliada a
329 capacidade de ofertar o procedimento, mas irá inspecionar o ambiente da proposição
330 para garantir um ambiente seguro para a realização dos procedimentos. Por último,
331 reforçou que estão à disposição para que andem de acordo com a lei, para que não
332 ocorra do município responder uma auditoria devido a negligência da SVS do
333 Estado. A Sra. Mariana aproveitou a oportunidade para agradecer a toda à equipe
334 técnica do Cosems, pelo empenho, presença e apoio, aos municípios, em especial
335 agradeceu ao Governador, ao Secretário de Estado da Saúde e ao Deputado Estadual,
336 o Sr. Jair Farias por abrir esse diálogo e apoiar os secretários municipais, frisou que é
337 um momento importante, pois diminuirá as dificuldades dos HPP com este incentivo.
338 Concluiu ressaltando a importância de saírem com data marcada para a realização da
339 CT e em seguida da reunião Extraordinária. A Sra. Perciliana Joaquina propôs ao
340 Cosems realizarem uma reunião todos os municípios que tem HPP em um único
341 horário para que possa ocorrer uma orientação dos passos que devem ser feitos para
342 que não ocorra impasse na construção do documento. Ressaltou que é de suma
343 importância que se tenha um técnico de cada unidade hospitalar para que tenha o
344 conhecimento do protocolo. O Sr. Wilkey Fernando agradeceu pelo empenho do
345 trabalho. Direcionou seus agradecimentos ao Sr. Eudes, as Sras. Laís, Camila e
346 Juliana, pois ajudaram no alinhamento dessa proposta. O SMS enfatizou que tem
347 dificuldades nas operações realizadas no HPP e parabenizou todos que realizam
348 cirurgias eletivas para a população devido ao grande número de cirurgias eletivas
349 para serem realizadas, onde haviam pacientes em fila há 10 anos. O Sr. Wilkey
350 Fernando destacou como é importante esse projeto para a vida social, como se torna
351 gratificante levar as cirurgias eletivas a população. O secretário de Cristalândia, por
352 fim, agradeceu ao Sr. Manoel, Diretor de Recursos do SUS, pois é muito prestativo
353 na SES, sempre retornando o mais rápido possível. A superintendente da SVS
354 solicitou alinhamento acerca da data da reunião, propôs fazer uma reunião entre os
355 municípios e a SVS pela manhã e a CT no período vespertino. Em comum acordo,
356 ficou marcada para o dia 02 de março (quinta-feira) a realização da reunião que
357 tratará sobre os HPPs. Dando continuidade a pauta, a Sra. Perciliana questionou o Sr.
358 Wilkey se deveria manter o item 10, solicitado por ele, ou se com a apresentação o

359 secretário estaria contemplado. O Sr. Wilkey pontuou que esse ponto pauta é antigo,
 360 do mês de dezembro de 2022, que alguns procedimentos só sairiam na portaria do
 361 mês de janeiro, com isso os HPPs estão com habilitação atualmente de 05
 362 procedimentos, só que com o decorrer da realização de cirurgias surgiram outros
 363 procedimentos e muitos municípios foram prestar contas e ficaram prejudicados, com
 364 isso, solicitou colocar os procedimentos que constam em falta no rol para não ocorrer
 365 prejuízos financeiros com os municípios. O Sr. Wilkey pontuou outro assunto acerca
 366 do município de Pium, devido o prejuízo na prestação de conta, pois no Plano de
 367 Trabalho tinha se feito uma divisão dos 04 municípios para consenso, esclareceu que
 368 o município de Pium teria ficado com Lagoa da Confusão e Chapada da Areia,
 369 entretanto sua prestação de conta foi reprovada, pois informaram que no seu Plano de
 370 Trabalho não constava esses municípios, logo solicitou a padronização desses
 371 processos. A Sra. Neila, secretária municipal de saúde de Pium, questionou se o seu
 372 município irá receber pelos procedimentos realizados anteriormente, mesmo que não
 373 tinham os nomes dos outros municípios em seu Plano de Trabalho. A Sra. Sylmara
 374 respondeu que o que está sendo incluído na nova proposta é a partir da data Reunião
 375 Ordinária CIB, frisou que a pactuação de hoje não repõem os gastos financeiros
 376 ocorridos anteriormente, esclareceu que os responsáveis pelo faturamento que fazem
 377 a checagem do Plano e do Termo, portanto caso tenha feito realizações de
 378 procedimentos que estavam fora do rol vigente, não há pagamento retroativo. A Sra.
 379 Perciliana Joaquina esclareceu que está sendo colocado esse novo incremento no
 380 ponto de pauta para inclusão de pactuar e aprovar, fica um consenso que a partir de
 381 hoje diante a resolução CIB pode ser realizado o procedimento, frisou quem fez
 382 anteriormente a data do dia 16 de fevereiro não receberá os repasses. O Sr. Wilkey
 383 Fernando informou que essa nova proposta é a inclusão de procedimentos, não sendo
 384 de municípios, solicitou que dessa data em diante os municípios que não estavam
 385 inclusos no plano de trabalho, seja incluso e ocorra a padronização dos
 386 procedimentos. A Sra. Sylmara Guida esclareceu que o Sr. Wilkey fez o pedido da
 387 inclusão de procedimentos, mas a Sra. Neiva solicitou a inclusão dos municípios,
 388 além disso, outros HPPs solicitaram a inclusão de municípios. O Sr. Wilkey frisou
 389 que a aprovação que deve ser feita é do item: *“10 sobre a Inclusão de Novos*
 390 *Procedimentos Cirúrgicos Eletivos no Plano de Trabalho do Projeto de (Incremento*
 391 *Financeiro Estadual aos HPP e HM para Realizarem Cirurgias Eletivas) dos*
 392 *Seguintes Municípios: (1) Araguacema, (2) Cristalândia, (3) Divinópolis, (4) Dueré,*
 393 *(5) Formoso do Araguaia, (6) Natividade, (7) Paranã, (8) Peixe, (9) Palmeirópolis,*
 394 *(10) Miranorte, (11) Pium, (12) Monte do Carmo, (13) Tocantinópolis, (14)*

Taguatinga e (15) Sítio Novo do Tocantins” e frisou que do município de Pium tem que ser uma pauta separada. A Sra. Perciliana Joaquina respondeu que pode juntar as pautas, esclareceu que mudou o texto do item. Incluindo alguns municípios para adequar o Plano de Trabalho. O município de Dueré acrescentou Gurupi e Cariri ao seu plano, enquanto o município de Pium incluiu Lagoa da Confusão e Chapada de Areia. Já Sítio Novo incluiu Augustinópolis, Aguiarnópolis, Angico, Itaguatins, Maurilândia, São Sebastião, Luzinópolis, Praia Norte, Carrasco Bonito, Buriti, Cachoeirinha, Riachinho, Darcinópolis, Santa Tereza, Nazaré e Sampaio. O Sr. Wilkey Fernando pontuou que a organização deve ser feita e formalizada em documentação, pois a apresentação não se encontra documentada, mas as inclusões solicitadas necessitam de documentação com suas solicitações. A Sra. Anna Crystina Mota, Secretária Executiva do Cosems, informou que fará um documento único relacionado todos os hospitais, procedimentos e encaminhará para a Secretaria Executiva da CIB.

PONTOS DE PAUTA PARA APRESENTAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO:

Item 11 – Homologar a Revogação de Resolução CIB/TO Nº 212, de 08 de Dezembro de 202 que “Dispõe Sobre a Aprovação do Plano de Ação da Rede de Atenção Materna e Infantil no Contexto da RAMI - TO:

Solicitante: Juliana Veloso Pinto/Superintendente de Políticas de Atenção e Saúde. Expositor(a): Alaiza Luiz Furtado/Gerente e Média e Alta Complexidade. Item Homologado pela Plenária.

Item 12 – Homologar a revogação da Resolução CIB/TO Nº. 227, Ad Referendum, de 22 de dezembro de 2022, que “Aprova por Ad Referendum o Plano de Ação da Rede de Atenção Materna e Infantil e habilitação de serviços da Rede de Atenção Materna e Infantil no contexto da RAMI – Tocantins”.

Solicitante: Juliana Veloso Pinto/Superintendente de Políticas de Atenção e Saúde. Expositor(a): Alaiza Luiz Furtado/Gerente e Média e Alta Complexidade. Item Homologado pela Plenária.

Item 13 – Homologar a RESOLUÇÃO CIB/TO Nº. 229, Ad Referendum, de 22 de dezembro de 2022, Dispõe sobre a Habilitação de Leitos de Unidade de Terapia Intensiva (UTI) adulto Tipo II, no âmbito do Estado do Tocantins, junto ao Ministério da Saúde.

Solicitante e Expositor(a): Juliana Veloso Pinto/Superintendente de Políticas de Atenção e Saúde. Item Homologado pela Plenária.

Item 14 – Homologar a Resolução CIB/TO Nº. 231, Ad Referendum, de 27 de dezembro de 2022, Dispõe sobre a solicitação de cooperação financeira de custeio no Teto MAC da Secretaria da Saúde do Estado do Tocantins, no valor de R\$50.000.000,00 (cinquenta milhões de reais) - parcela única do Ministério da Saúde.

Solicitante e Expositor(a): Afonso Piva de Santana/Secretário de Estado da

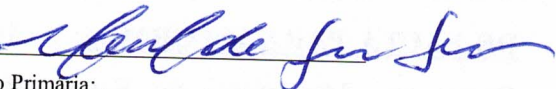
431 Saúde do Tocantins – SES – TO. Item Homologado pela Plenária. **Item 15 –**
 432 **Homologar a Resolução CIB/TO N° 001, Ad Referendum, de 07 de fevereiro de**
 433 **2023, Dispõe sobre o Protocolo do SISMAC que Trata dos Remanejamentos de**
 434 **Tetos Físicos e Financeiros da Média e Alta Complexidade (MAC) de**
 435 **municípios do Estado do Tocantins junto ao Ministério da Saúde relativo à 3ª**
 436 **Parcela de 2023.**: Solicitante: Euds Alves Oliveira/Diretor de Controle e Avaliação.
 437 Expositor(a): Eliana Dias Pereira/Assistente Social. Item Homologado pela Plenária.
 438 **PONTOS DE PAUTA PARA APRESENTAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO**
 439 **(CONHECIMENTO):** **Item 16 –** **Homologar a Utilização de Saldo**
 440 **Remanescente/Rendimento das Propostas de Projeto N° 11336.672000/1170-06,**
 441 **N° 11336.672000/1130-05, N° 11336.672000/1180-05, N° 11336.672000/1150-09,**
 442 **N° 11336.672000/1210-02 advindo de transposição, (originalmente para**
 443 **Aquisição de Equipamentos e Materiais Permanentes para a Atenção**
 444 **Especializada em Saúde), do município de Gurupi – TO, no valor remanescente**
 445 **com rendimentos total de R\$714.045,31 (setecentos e quatorze mil e quarenta e**
 446 **cinco reais e trinta um centavos), para a aquisição de novos equipamentos para**
 447 **a Atenção Especializada do próprio município.** Solicitante: Sinvaldo dos Santos
 448 Moraes/Secretário Municipal de Saúde de Gurupi - TO. Item Homologado pela
 449 Plenária. **Item 17 –** **Homologar a Utilização de Saldo Remanescente/Rendimento**
 450 **das Propostas de Projeto N° 11359.904000/1140-04, N° 11359.904000/1150-02, N°**
 451 **11359.904000/1170-01, N° 11359.904000/1160-05, N° 11359.904000/1160-04, N°**
 452 **11359.904000/1160-03, N° 11359.904000/1160-24, N° 11359.904000/1160-23, N°**
 453 **11359.904000/1160-25, N° 11359.904000/1160-20, N° 11359.904000/1160-10, N°**
 454 **11359.904000/1160-08, N° 11359.904000/1160-06, N° 11359.904000/1160-12, N°**
 455 **11359.904000/1160-17, N° 11359.904000/1160-19, N° 11359.904000/1160-13, N°**
 456 **11359.904000/1160-18, N° 11359.904000/1160-07, mas é advindo de**
 457 **transposição, (originalmente para Aquisição de Equipamentos e Materiais**
 458 **Permanentes para a Atenção Básica), do município de Colinas – TO, no valor**
 459 **remanescente com rendimentos total de R\$1.704.103,96 (um milhões e**
 460 **setecentos e quatro mil e cento e três e noventa e seis centavos), para custeio dos**
 461 **serviços públicos de saúde do próprio município de Colinas.** Solicitante: Jair
 462 Pereira Lima/Secretário Municipal de Saúde de Colinas - TO. Item Homologado pela
 463 Plenária. **Item 18 –** **Homologar a Utilização de Saldo Remanescente/Rendimento**
 464 **das Propostas de Projeto N° 11379.77400/1160-01, N° 11379.774000/1140-02,**
 465 **advindo de transposição, (originalmente para Aquisição de Equipamentos e**
 466 **Materiais Permanentes para a Atenção Básica), do município de Arapoema -**

467 **TO, no valor remanescente com rendimentos total de R\$150.317,27 (cento e**
 468 **cinquenta mil trezentos e dezessete reais e vinte sete centavos), para a aquisição**
 469 **de novos equipamentos para a Atenção Básica do próprio município.** Solicitante:
 470 Sonia Regina de Sousa Silva/Secretário Municipal de Saúde de Arapoema - TO. Item
 471 Homologado pela Plenária. **Item 19 – Homologar a Utilização de Saldo**
 472 **Remanescente/Rendimento das Propostas de Projeto Nº11715.159000/1160-01,**
 473 **Nº 11715.159000/1190-05 advindo de transposição, (originalmente para**
 474 **Aquisição de Equipamentos e Materiais Permanentes para a Atenção Básica),**
 475 **do município de Juarina – TO, no valor remanescente com rendimentos total de**
 476 **R\$83.953,00 (oitenta e três mil novecentos e cinquenta e três reais), para a**
 477 **aquisição de novos equipamentos para a Atenção Básica do próprio município.**
 478 Solicitante: Suzamar Nunes Martins Pereira/Secretário Municipal de Saúde de
 479 Juarina - TO. Item Homologado pela Plenária. **PONTO DE PAUTA DE**
 480 **APRESENTAÇÃO E ESCLARECIMENTOS/INFORMES: * - Esclarecimento**
 481 **Sobre a Proposta de Projeto de Cirurgias Oftalmológicas para Região Médio**
 482 **Norte e Bico do Papagaio.** Solicitante e Exposito(a): Ana Paula dos Santos Andrade
 483 Abadia/ Diretora Adjunta de Comunicação do Cosems e SMS de Araguaína. A Sra.
 484 Ana Paula pontua que dentro da proposta que está sendo feita com os municípios de
 485 fortalecimento dos HPPs e os municipais, esclareceu que o município de Araguaína
 486 tem outros contratos, portanto solicitou o informe para fazer uma proposta para levar
 487 ao secretário de saúde, sendo um projeto voltado para cirurgias oftalmológicas,
 488 enfatizou que o total de municípios que constam na sua pactuação de Araguaína
 489 dentro do projeto de 2016, tem se uma fila de demanda aguardando cirurgias eletivas
 490 sendo: catarata 911 paciente, pterígio 649 paciente e 945 pacientes aguardando a
 491 primeira consulta dentre esses 868 são pacientes munícipes de Araguaína. Frisou que
 492 devido o recurso paupérrimo não tem possibilidade de atender uma grande demanda,
 493 sendo um valor de R\$147.000,00 (cento e quarenta e sete mil) reais, finalizou
 494 dizendo que sua proposta e que tenha um avanço nesse projeto para que possa
 495 atender as demandas reprimidas da Região Médias norte e Bico do Papagaio,
 496 credenciando as clínicas na região de Araguaína para que possa diminuir a fila de
 497 espera. O Sr. Wilkey Fernando informou que já tinha ocorrido uma conversa com a
 498 área técnica para abrir uma CT para falar sobre o projeto de oftalmologia 2016, pois
 499 os municípios de Araguaína, Porto Nacional, Palmas, Gurupi e Paraíso são um dos
 500 polos, frisou que esse projeto foi pactuado em 2016, ocorreu às PPI só que alguns
 501 municípios não foram contemplados, devido à falta da contrapartida que a Estado iria
 502 desenvolver, devido a troca de gestão, o projeto não continuou, assim as PPI está

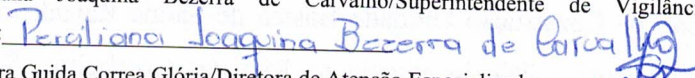
503 com os municípios e não tem execução adequada, solicitou uma CT para que possa
 504 sair com uma data para discutir essa problemática da falta de oftalmologia. A Sra.
 505 Perciliana Joaquina informou que a área técnica responsável vai entrar em acordo de
 506 uma data com o Cosems para tratar do projeto de oftalmologia de 2016. **PONTOS**
 507 **DE PAUTA PARA INFORMES: A. Informes da Secretaria da CIB Sobre as**
 508 **Obras nos Municípios do Estado do Tocantins: A.a ARAGUAÍNA– TO:**
 509 Atestado de Conclusão da Construção Unidade Básica de Saúde Raizal, localizada
 510 no Setor Raizal – Araguaína – TO, localizado na Rua das Goiabeiras, S/N Setor
 511 Tereza Hilário, no município de Araguaína. **A.b. ARAGUAÍNA– TO:** Atestado de
 512 Conclusão da Construção Unidade Básica de Saúde - UBS Padrão I no setor Novo
 513 Horizonte – Araguaína - TO, localizado na Rua das Professora Alcione, S/N Setor
 514 Novo Horizonte , no município de Araguaína. **B. Informes da Secretaria da CIB**
 515 **Sobre os Credenciamentos na Atenção Básica dos Municípios do Estado,**
 516 **Conforme Portaria N°1.710/2019: B.a. ARAGUAÍNA – TO:** 02 (duas) Equipes de
 517 Saúde Bucal (ESB). Assim a Sra. Perciliana solicitou a inclusão de um
 518 esclarecimento/informe sobre o Instituto Olhar Brasil e a prestação de exames
 519 oftalmológicos. **PONTO DE PAUTA DE APRESENTAÇÃO E**
 520 **ESCLARECIMENTOS/INFORMES: * - Esclarecimento Sobre o Instituto**
 521 **Olhar Brasil e a prestação de exames oftalmológicos.** Solicitante e Exposito(a):
 522 Lucas/Coordenador Social. O Sr. Lucas, Coordenador Social, pontuou que no ano
 523 passado ocorria projeto Visão Total e que nesse ano de 2023 ocorreu à criação do
 524 Instituto Olhar Brasil (IOB), frisou que no ano de 2022 realizou 30.000 (trinta mil)
 525 atendimentos em 70 (setenta) municípios no estado do TO, onde foram feito uma
 526 economia aos cofres públicos cerca de R\$ 1.500.000,00 (um milhão e quinhentos
 527 mil) reais. O coordenador esclareceu que consegue realizar os seguintes exames para
 528 os municípios: colonoscopia, ceratometria, teste do olhinho, biomicroscopia, refração
 529 completa, avaliação de acuidade visual, mapeamento da retina, fundoscopia, medição
 530 da pressão intraocular e exames de movimento oculares. Esclareceu que consegue
 531 atuar no PSE – Programa de Saúde nas Escolas melhorando a pontuação, além da
 532 perspectiva de parceria cirúrgica, finalizou deixando o número de contato para mais
 533 informações: (63) 99280-2314. Por fim, nada mais havendo a ser tratado, neste ato, a
 534 Sra. Perciliana Joaquina Bezerra de Carvalho, Superintendente de Vigilância em
 535 Saúde, representando o Sr. Afonso Piva de Santana, Presidente desta Comissão
 536 Intergestores Bipartite e Secretário de Estado da Saúde do Tocantins, e presidindo
 537 esta plenária, agradeceu a presença de todos, encerrou a mesma as dezesseis e trinta e
 538 cinco minutos e para constar foi lavrada a presente Ata que depois de lida e

539 aprovada, será assinada pelo Presidente da CIB – TO ou representante e também
 540 pelos demais membros desta Comissão Intergestores Bipartite presentes nesta
 541 reunião.

542 **SES – TO:**

543 Manoel de Jesus Souza/Diretor de Recursos do SUS: 

544 Laudecy Alves do Carmo Soares/Diretora de Atenção Primária: _____

545 Perciliana Joaquina Bezerra de Carvalho/Superintendente de Vigilância, Promoção e Proteção a
 546 Saúde: 

547 Sylmara Guida Correa Glória/Diretora de Atenção Especializada: 

548 **COSEMS - TO:**

549 Rondinely da Silva e Souza/ Presidente do COSEMS e SMS de Caseara – TO: 

550 Mariana da Silva Coelho/ Dir. de Comunicação do COSEMS e SMS de Dueré – TO: 

551 Ana Paula dos Santos Andrade Abadia/ SMS de Araguaína – TO e Dir. Adjunta de Comunicação do

552 COSEMS: 

553 Maria das Dores Abreu Farias/ Dir. de Comunicação do COSEMS e SMS de Sítio Novo –

554 TO: 